

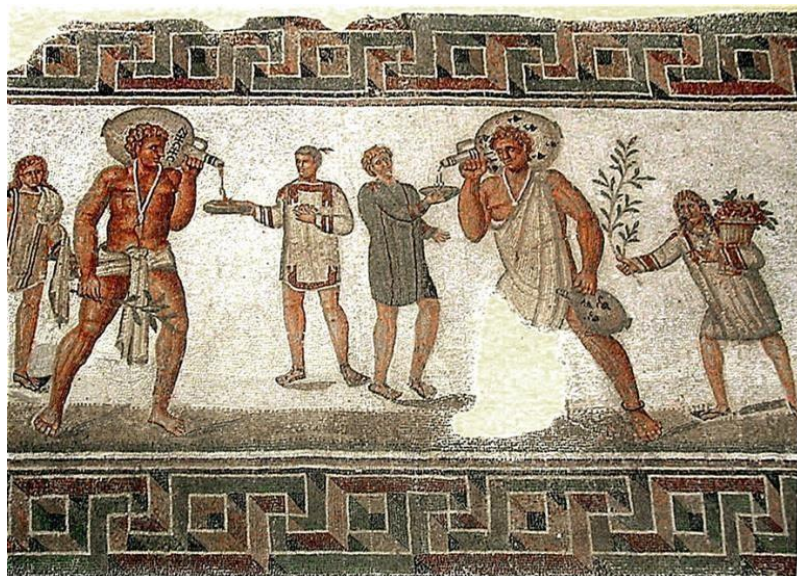


VIRTUAJUS

Revista de Graduação da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas

Editorial – *VirtuaJus*. v. 6, n. 10. 2021

**Tema do Dossiê Atual:
Ética, Direito e Responsabilidade**



Bernardo G. S. Lins Brandão*

A RESPONSABILIDADE DO EU POR SI MESMO E PELO OUTRO

Com a queda do muro de Berlim, o liberalismo consagrou-se como a última das ideologias, a única a sobreviver e reinar, incontestada. Por um tempo, chegou-se a falar em fim da História; mas hoje, na aurora dos novos anos 20, em meio a uma pandemia e uma crise ecológica, e na sequência de uma crise econômica (2008) e uma crise política (que se manifestou, mundialmente, com clareza a partir de 2016), ele manifesta sinais mais que claros de esgotamento.

* Doutor e Mestre em Filosofia Antiga pela UFMG. Professor de língua e literatura grega antiga da FALE. UFMG.

Patrick Deneen, em seu famoso livro de 2018, *Why liberalism failed*, afirma que o liberalismo fracassou porque foi bem-sucedido: chegando ao seu ápice, manifestou seus defeitos constitutivos. Um dos principais: ao se focar no indivíduo, ele deixa de lado a comunidade; ao promover a liberdade, se esquece da responsabilidade sem a qual não pode existir. As consequências saltam aos olhos: os inegáveis avanços tecnológicos e a abundância material convivem, cada vez mais, com o aumento da desigualdade, altos índices de solidão e doenças psíquicas, a destruição da natureza, a erosão das redes de solidariedade e dos valores democráticos.

É necessário recuperar, em um mundo em que se fala tanto em direitos e tão pouco em deveres, a centralidade da noção de responsabilidade. Mas esta, se não quer ser apenas um nome, deve se constituir como uma resposta ao aprofundamento que o homem é convidado a realizar, incitado por aquilo que Gabriel Marcel chamava de exigência ontológica, no mistério do ser. (1955, p. 20)

Como notava Heidegger na segunda parte de *Ser e Tempo*, somos seres em queda. Jogados neste mundo, em meio aos mil apelos, para falar como Ortega y Gasset (1967, p. 52), de nossas circunstâncias, vivemos a ética como um imperativo exterior. Agimos como todo mundo, seguimos o *das Man*, a impessoalidade dos costumes, em um estado de alienação ontológica. Mas, diante de nossa liberdade, de nossa finitude e mortalidade, descobrimos que somos um *eu* que age no mundo, que faz escolhas e concebe projetos de vida; em suma, que é responsável por suas próprias ações. A primeira responsabilidade que temos, assim, é a responsabilidade para com nós mesmos, que só se torna de fato possível a partir da descoberta ontológica do *eu*.

Mas, em uma tal descoberta, estamos ainda nos limites do liberalismo, que aliás, tem como justificção de sua legitimidade a sua missão de assegurar que o *eu* encontre o espaço necessário para realizar os projetos de vida que livremente escolheu - o direito à busca pela liberdade, que tanto destaque tem na constituição dos EUA, o grande centro contemporâneo da ideologia liberal.

Esse é um direito legítimo e, com efeito, deve ser assegurado a todos; mas não é a ele que se voltam todas as ambições da política, tal como a descoberta do *eu* não satisfaz todo o desejo humano pelo ser. Impelido pela exigência ontológica, o homem deve prosseguir: para além do *eu*, ele deve descobrir a face do outro, encontrar um mundo mais amplo no qual nosso *eu* convive com outros *eus* e que, na relação *eu-tu* (BUBBER, 1974), pode encontrar a sua verdadeira humanidade.

A descoberta do outro amplia os horizontes de nosso mundo e aprofunda nossa experiência do ser; já dizia Gabriel Marcel: a metafísica é o outro. Mas ela também nos convida a um tipo particular de responsabilidade que, na Doutrina Social da Igreja, é formalizada no princípio da solidariedade¹. Para falar com Levinas: diante da face do outro, a relação autêntica é a de responsabilidade (LEVINAS, 1988, p. 79).

No entanto, se o mundo da responsabilidade intersubjetiva ultrapassa os limites do liberalismo, também nos restringe o horizonte do ser. A ética, quando se limita ao humano, nos coloca ainda em risco. É que para além do *eu* e do outro, existe o cosmos no qual habitamos: para além do humano, encontra-se o silêncio dos espaços celestes e o grito da natureza que, em meio à crise ecológica, não pode mais ser ignorado. Contra uma política da imanência - o grande projeto da modernidade ocidental -, nossas escolhas não podem ser um puro espaço de liberdade de homens em busca de consensos; nossas ações têm consequências e por elas devemos nos responsabilizar.

A encíclica *Laudato Si* entende essa responsabilidade na perspectiva de uma ecologia integral. Alertando sobre a poluição que nossa civilização da técnica produziu, a contaminação das águas, a perda da biodiversidade, deterioração da qualidade de vida e a degradação social, e observando que o avanço da tecnologia nos trouxe incontáveis benefícios, mas também um maior poder de destruição, o papa Francisco fala da necessidade de superarmos nosso antropocentrismo exacerbado, no qual nos enxergamos como seres puramente autônomos e autárquicos, como se não houvesse um mundo maior que o homem, ao qual ele deve responsabilidade.

Contudo, o cosmos não é a etapa final. Ainda na *Laudato Si*, em uma síntese não muito distante da que apresentamos aqui, o Papa afirma: a existência humana "se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra" (n. 66). Pois é a essa relação com Deus que nos impele, como termo último, a exigência ontológica. Se o coração do homem é marcado por um desejo infinito, ele só pode ser saciado, como escrevia Agostinho, ao repousar em seu Criador (*Confissões*, I, 1, 1). É apenas diante de Deus que o homem encontra a sua plenitude. Para que isso aconteça, entretanto, Ele não pode ser, para nós, um princípio metafísico distante. Deus é o *ipsum esse subsistens*, o próprio fundamento do ser, mais íntimo a nós que nós mesmos. Ele nos convida a uma relação pessoal, que nos deleita e exige.

¹ Cf. o *Compêndio de doutrina social da Igreja*.

Mas o que Deus, que não precisa de nada, em sua onipotência e infinitude, pediria ao homem? Que, recebendo o ser como dom, honre a Criação: que respeite o cosmos como sua morada e ame ao próximo como a si mesmo. Ame e faça o que quiseres, dizia Agostinho (*Homilias na primeira epistola de João*), falando de um amor que não se reduz a um sentimento, mas que se manifesta como uma forma mais elevada de responsabilidade.

Conforme o entendimento de Gabriel Marcel, assim como o de Martin Buber, todo ser humano se coloca diante de um Tu, como uma exigência da presença real de duas pessoas que vivem a imediaticidade do encontro. Ora, nesta situação, Eu e Tu devem se revelar, se doar e se acolher mutuamente, o que exige responsabilidade pelo encontro, com permissão de ver e ser visto. Ética e Direito não sobrevivem, pois, sem a responsabilidade do Eu por si mesmo e pelo outro e da aceitação do outro tal como ele é.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Comentário da Primeira Epístola de São João**. Belo Horizonte: Edições Paulinas, 1989.

BUBER, M. **Eu e tu**. S. Paulo: Centauro Editora, 1974.

DENEEN, P. **Why liberalism failed**. New Haven: Yale University Press, 2018.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

LEVINAS, E. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARCEL, G. **Posición y aproximaciones concretas al misterio ontológico**. Cidade do México: Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 1955.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditações do Quixote**. São Paulo: Editora Livro Ibero-Americano, 1967.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.